

Reservatório de matéria lenhosa, pronta a servir a tôdas as necessidades industriais, ou quase, a floresta foi ainda utilizada pelo homem para a sua alimentação (caça sobretudo, mas também mel, frutos selvagens, bagas de tôdas as espécies, cogumelos, etc...) e o homem serviu-se dela sobretudo como de pastagem para seus animais domésticos.

Na época do Renascimento, todos êsses usos florestais ainda subsistem, mas cada vez mais no alvorecer do capitalismo, a floresta torna-se objeto duma exploração comercial prôpriamente falando. Em França, por outro lado, a floresta, que foi durante longo tempo imensa, tornou-se menor depois de muitos debastamentos da Antiguidade à Idade Média, e salvo em algumas regiões montanhosas ou inóspitas, ela teve desde o século XVI de levar avante um programa de salvação e conservação. Nela, como em muitos outros domínios, a realza, proprietária de muitas florestas, e sobretudo das mais belas, deu o exemplo: é a administração florestal real, que se mostrou a única à altura de defender as massas florestais ameaçadas de desapareição.

Êsse livro estuda, pois, os problemas das vicissitudes da administração florestal, a emprêsa possessória dos guardas florestais reais sôbre os domínios eclesiásticos, comerciais e mesmo senhoriais;

— problema da exploração econômica da floresta francesa (alimentação das forjas, vidrarias, estaleiros navais, abastecimento das grandes cidades em lenha, pequenos misteres da floresta, pastagem e devezas na floresta, evolução do direito de caça, etc...);

— problema da exploração metódica da floresta e do reflorestamento: é no século XVI que aparece verdadeiramente uma tentativa racional, se não científica, de valorizá-la — é o início da silvicultura).

— problema da comercialização da madeira.

Sob o ponto de vista social, enfim, êsse livro não podia esquecer as grandes questões que são a história da propriedade florestal, a história do direito do uso, do ensino e da servidão. Em particular esclarece a luta quotidiana dos grandes proprietários, sempre e cada vez mais desejosos de tirar dinheiro dos seus bosques, e das aldeias titulares de direitos de uso cujos abusos muitas vêze foram pretexto a uma restrição a êsses mesmos direitos.

A vida da floresta francesa no século XVI é, pois, uma parte não negligenciável da vida francesa durante êsse século XVI que com razão é chamado de “revolucionário”.

E. S. P.

*

VIANNA (Hélio). — **História do Brasil**. Edições Melhoramentos, 2 vols., São Paulo, 1961-1962, 674 págs.

Procedendo, na **Introdução** desta obra, a ligeiro relato sôbre o ensino da História do Brasil, em nosso país, o autor aponta-nos a grande dificuldade com que sempre lutaram os seus professôres, nos

diferentes graus de ensino, por não terem livros de texto à altura do seu magistério e do interesse dos alunos, ou, simplesmente, por não terem livros.

Lembra, a propósito, as diferentes tentativas de compendiar a história nacional, com fins didáticos, cometidas por autores como José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú), Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde (calcado em Ferdinand Denis) e Joaquim Manuel de Macedo (todos em nível secundário).

No tocante ao ensino superior, o autor preferiu não historiar as experiências que também tiveram lugar, no sentido de oferecer livros textos para os alunos, como é o caso de alguns títulos, cuja adoção chegou a ser outrora bastante larga entre os estudantes, do que, aliás, é comprobatório o fato das sucessivas edições que alcançaram e continuam alcançando, caso em que estão os **Elementos de História do Brasil**, de F. T. D., a **História do Brasil**, de João Ribeiro, a **História da Civilização Brasileira**, de Pedro Calmon e poucos mais que, inclusive, traziam no frontispício ou mesmo no proêmio, a observação de que se destinavam ao “curso superior”.

Com a criação das Faculdades de Filosofia, o ensino da História do Brasil, em nível superior, foi aquinhoado com elementos de pesquisa científica e metodologia pedagógica, até então ausentes, ou quase ausentes.

A estrutura dos estudos de História, entre nós, pelos seus objetivos de informação e interpretação, e mesmo pela ambição científica que tem hoje, não toleraria que apenas um livro de texto, por melhor que fôsse, pretendesse bastar-se aos alunos. Daí, votarmos, há muito, condenação ao sistema das chamadas “apostilas” que, viciando o aluno a limitar-se a um único texto, com tôdas as nocentes implicações que isto possa ter, afugenta-o ainda de maior informação bibliográfica, sempre indispensável ao estudo sério e honesto. Não obstante êsses resultados negativos atingidos pelas “apostilas”, elas chegaram a transformar-se em autêntica “indústria”, por obra e graça de professores e alunos de determinados centros universitários.

E' claro que, com esta objurgação, não pretendemos visar a “apostila” em si. Mas, é o seu desvirtuamento, isto é, o intento de fazê-la suficiente, que não aceitamos e que nos levou a esta digressão, um tanto fora de propósito nesta resenha.

Com o esforço de revisão e síntese que cometeu, o prof. Hélio Vianna não desejou, é evidente, dar ao estudante universitário de História o seu livro definitivo de História do Brasil, onde êle encontrará tudo o que precisa, não apenas para as provas e entrevistas que terá de arrostar, como para a sua formação de pesquisador e professor de História.

Pretende, isto sim, oferecer ao aluno a síntese e, portanto, a visão de conjunto de mais de quatro séculos da história brasileira, com tôdas as suas implicações administrativas, políticas, sociais e econômicas.

E', por conseguinte, uma obra de útil consulta, para o sincronismo dos fatos, a localização dos problemas e as informações complementares.

Cumprindo estas finalidades, inclusive didáticas, a obra foi esquematizada com títulos e capítulos propostos em linguagem acessível, em ordem cronológica, com a minudência e a seriedade científica que distinguem os trabalhos do autor da **História da viação brasileira**.

Lembrando à página 333 ter a administração pombalina permitido a navegação fora das frotas "para maior facilidade", poderia o autor ter esclarecido qual seria essa facilidade. Aliás, a orientação de Sebastião José de Carvalho e Melo, nesse sentido, apenas consolidava uma prática que, não obstante em caráter excepcional, vinha se consagrando em todo o século anterior, isto é, mesmo enquanto vigorou o sistema de frotas, el-rei tolerou, por diferentes motivos, incontável número de privilégios, através de documentos especiais, contrários às suas próprias ordens, que proibiam a navegação isolada.

As implicações desta dúbia orientação eram inúmeras e bastante importantes, como se pode deduzir.

À página 218, fala no **advogado** Francisco Glicério, quando o ilustre político campineiro, sem deslustre para a sua atividade advocatícia, foi apenas um rábula.

Poupando ao regime monárquico e aos seus ilustres representantes críticas mais severas, o prof. Hélio Vianna dá ensejo, em certas passagens, a que discordemos de algumas de suas conclusões.

Por último, e atendendo ao primordial objetivo a que se propôs atingir esta obra, isto é, servir um público constituído de estudantes universitários, como instrumento didático, consideramos necessária complementação a remessa do leitor para bibliografias especializadas e seletivas sôbre cada assunto, que deveriam figurar no final de cada capítulo ou de cada volume.

Fazendo referências, poucas vêzes, a esta ou àquela obra que mais detidamente trata do assunto, o autor nem sempre aponta aquelas consideradas essenciais. Com a mesma finalidade de auxiliar o leitor, supostamente universitário, conviríamos, também, na importância de índices onomásticos e de assuntos.

Guardando rigor na exatidão das afirmações, na apuração dos fatos, na retificação das incorreções de outros autores, muitas já consagradas, a obra do prof. Hélio Vianna não oferece, assim, grandes oportunidades para a crítica.

Tão sômente, poderíamos discordar de algumas das opiniões expendidas pelo autor, pois, no mais, a sua **História do Brasil** revela, a cada passo, o grande esforço de pesquisa que exigiu, o acervo de leituras e mesmo a erudição de que o autor se muniu para lançar-se a esta obra, que significa um coroamento de carreira, muito embora tenhamos razões para continuar esperando outros inúmeros e importantes trabalhos do ilustre historiador.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA